

**Desenvolvimento Humano, Educação e Economia Solidária: evidências empíricas sobre cidadania e autogestão**

**MARIA DE NAZARE MORAES SOARES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

nazareth.soares@gmail.com

**SÍLVIA MARIA DIAS PEDRO REBOUÇAS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

smdpedro@gmail.com

## **Desenvolvimento Humano, Educação e Economia Solidária: evidências empíricas sobre cidadania e autogestão**

### **Resumo**

Desenvolvimento Humano, Educação e Economia Solidária são temas que vêm se aproximando, seja no campo teórico ou empírico, em virtude da economia solidária conjugar objetivos econômicos, sociais e ambientais, envolvendo cooperação e solidariedade em prol do desenvolvimento local (UNIRSD, 2014). A pesquisa utilizou dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2014) relativos à Educação e dados do Atlas da Economia Solidária no Brasil (SENAES, 2013), abrangendo uma amostra de 1.449 empreendimentos situados nos 184 municípios do estado do Ceará. A análise multivariada dos dados permitiu verificar a influência das variáveis cidadania e autogestão na variável educação. A análise aponta para uma influência positiva e significativa da cidadania e autogestão no âmbito da educação, portanto, são relevantes para o desenvolvimento humano. A pesquisa permitiu observar que a educação não se forma apenas no contexto da escola, a mudança social também pode ocorrer no mundo do trabalho, onde o trabalho cooperativo, autogestionário e cidadão, são formas importantes de formação da aprendizagem (GADOTTI, 2005). Ademais, o estudo contribui com a ampliação do diálogo entre os temas da geração de renda cooperativa e do desenvolvimento humano.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Humano, Educação, Economia Solidária, Brasil.

## **Human development, Education and Solidarity Economy: empirical evidence on citizenship and self-management**

### **Abstract**

Human Development, Education and Solidarity Economy are themes that are approaching, whether in the theoretical or empirical field, since the solidarity economy combines economic, social and environmental objectives, involving cooperation and solidarity in favor of local development (UNIRSD, 2014). The research used data from the Atlas of Human Development in Brazil (UNDP, 2014) on Education and data from the Atlas of Solidarity Economy in Brazil (SENAES, 2013), covering a sample of 1,449 enterprises located in 184 municipalities in the state of Ceará. The multivariate analysis of the data allowed to verify the influence of the variables citizenship and self-management in the education variable. The analysis points to a positive and significant influence of citizenship and self-management in the education variable, therefore, they are relevant to human development. Research has shown that education is not only formed in the context of school, social change can also occur in the world of work, where cooperative, self-managed and citizen work are important forms of learning formation (GADOTTI, 2005). In addition, the study contributes to the widening of the dialogue between the themes of cooperative income generation and human development.

**Key-words:** Human Development, Solidarity Economy, Education, Brazil.

# Desenvolvimento Humano, Educação e Economia Solidária: evidências empíricas sobre cidadania e autogestão

## 1 Introdução

A questão da desigualdade está no cerne dos conflitos sociais e, de fato, afeta o progresso das nações e o desenvolvimento humano de forma crônica (FURTADO, 2007; PNUD, 2014; PIKETTY, 2014, 2015). Kuznets (1955), Stiglitz (2011), e Piketty (2014) apontam como desejável certo nível de desigualdade em estágios iniciais de crescimento econômico, contudo, os autores refletem que, elevados níveis de desigualdade interferem na construção de uma ordem econômica mais justa, com menos conflitos, mais trabalho e melhor distribuição da renda. Para Kliksber (2002), o equacionamento da desigualdade favorece o desenvolvimento humano, pois promove a valorização da cultura popular, democratiza o acesso à cultura, incrementa a participação social, e estimula mecanismos de cooperação e cria vínculos de solidariedade na sociedade.

Recentes relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apontam o Brasil como o país que mais reduziu a desigualdade de renda na região da América Latina e Caribe, principalmente na base da pirâmide social, contudo, o país ainda mantém um alto índice de Gini em 0,498, acima de 0,4, o que indica ainda uma alta concentração de renda. Os relatórios apontam, ainda, IDH do Brasil em 0,744, acima da média mundial de 0,702, contudo, quando a análise é fragmentada e aprofundada ao nível regional, estadual e municipal, percebe-se claramente os influxos da desigualdade, visto que existem muitos municípios abaixo da medida de 0,5, predominantemente localizados nas regiões norte e nordeste do país (PNUD, 2014). Portanto, se o IDH fosse ajustado aos níveis de desigualdade ocorreria um inevitável prejuízo ao índice.

O conceito de desenvolvimento humano trata basicamente de ampliar a capacidade dos seres humanos de fazer escolhas, e vai muito além da questão econômica (SEN, 2000; PNUD 2014). Ademais de considerar os aspectos relativos à economia, integra aspectos como renda, educação e saúde, sendo a educação, dentre estes, um ponto de alavancagem para os demais. Para Sen (2000), a cooperação e a solidariedade entre os membros da sociedade são os meios para atingir uma modificação na dinâmica das relações sociais, dando lugar ao desenvolvimento humano. É nesse cenário de busca por alternativas que conduzam a uma maior equidade econômica e social que surge a Economia Solidária (ES), um movimento que surgiu no meio social, e em nível local, para restaurar o direito ao trabalho e à percepção de renda, envolvendo atores econômicos, sociais e governos (SINGER, 2008).

Para Mance (2002), a promoção de desenvolvimento humano, responsabilidade social e sustentabilidade são pilares que caracterizam as práticas de economia solidária. Singer (2003) credita à economia solidária uma forma de ampliação do aprendizado, crescimento e amadurecimento oferecida a todos. A visão da economia solidária vai além das relações mercantis, buscando um equilíbrio nos espaços de mercado para fins mais igualitários de desenvolvimento, aproximando a sociedade e a economia, mecanismos redistributivos com base na cooperação e solidariedade, e estratégias *bottom-up* e *inside-out* de desenvolvimento, sustentabilidade e autogestão (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; MILLER, 2005; AZAMBUJA, 2009; LAVILLE, 2014).

Davies e Quilivan (2006) identificaram evidências estatísticas a partir de dados do IDH e dados econômicos de que há uma relação positiva entre comércio e desenvolvimento humano, principalmente na impulsão de índices de educação, saúde e

serviços sociais. A premissa dos autores baseia-se na influência direta do comércio sobre o lucro, enquanto a influência do comércio em medidas não-renda é indireta e transmitida via renda. Dessa forma, mesmo que o comércio não represente impacto significativo na renda, espera-se o fomento do desenvolvimento humano através do aumento do fluxo de informações e ampliação das perspectivas das pessoas. A contribuição da Economia Solidária para o processo de desenvolvimento humano reside principalmente em ampliar as perspectivas das pessoas, na aprendizagem e no empoderamento que ocorre no processo de participação ativa através do trabalho e educação. Entretanto, não existem estudos que utilizem dados empíricos da economia solidária e dados do IDH relativos à educação. Este artigo analisa o desenvolvimento humano, principalmente na dimensão Educação, no contexto da economia solidária, enfatizando os aspectos de aprendizagem dos atores da ES através da cidadania e autogestão dos negócios.

Para o estudo, reuniu-se uma base de dados do levantamento realizado entre os anos de 2010 a 2013 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), unidade do Ministério do Trabalho, abrangendo uma amostra de 1.449 empreendimentos econômicos solidários situados no estado do Ceará em conjunto com a base de dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), utilizando-se os índices de desenvolvimento humano dos municípios cearenses. Os dados permitiram a realização de uma análise estatística de correlação visando confirmar as hipóteses formuladas na seção de metodologia, com base na literatura revisada.

## **2 Suporte Teórico**

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado em 1990 por Mahbub ul Haq, Amartya Sen e Sudhir Anand como paradigma alternativo ao PIB per capita como medida exclusiva de progresso e desenvolvimento, tendo sido adotado em 1993 pela Organização das Nações Unidas (ONU) (PNUD, 2014; FUKUDA-PARR, 2003). Esse índice revolucionou a forma de avaliar as nações, pois apresenta os desafios da sociedade em formular políticas que permitam, além do crescimento econômico, a distribuição equitativa da renda e o pleno exercício da democracia.

Segundo Fukuda-Parr (2003), o índice tem sido eficaz no propósito para o qual foi criado: desviar a atenção política para o bem estar humano como o fim do desenvolvimento. O IDH vem sendo aprimorado ao longo dos anos, introduzindo indicadores para aferição de desigualdades de renda e gênero, seu sucesso deve-se aos elementos o compõem - educação, longevidade e renda - e demonstra o poder dos números como um dispositivo de comunicação na mudança de mentalidades. O debate atual sobre a agenda do desenvolvimento humano aborda a necessidade dos índices abrangerem questões de liberdade política, ação coletiva e direitos humanos. Para Fukuda-Parr (2003), a ação humana está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento humano, os indivíduos não podem ser beneficiários passivos do progresso social, mas agentes de mudança, principalmente em níveis locais, no cotidiano das comunidades, na tomada de decisões e na ação coletiva. Em contraste, muitas vezes as pessoas são tratadas como beneficiários, e não como participantes, o que gera um distanciamento da sociedade em relação aos processos de desenvolvimento.

A Economia Social e Solidária atua através de práticas de produção e comércio de bens e serviços, entretanto ela desenvolve processos alternativos às políticas hegemônicas de desenvolvimento, que sobrepõem a sociedade, privilegiando, assim, um

sistema de bem estar social. A ESS pretende ser um completo agente de crescimento econômico inclusivo e justo, promovendo, ao mesmo tempo, coesão social (BORZAGA; TORTIA, 2007; SATGAR, 2007, 2014; SINGER, 2008; PNUD, 2014). Davies e Quinlivan (2006) identificaram evidências, utilizando o IDH e informações econômicas, de que o incremento das relações de comércio está associado positivamente com futuros ganhos no bem-estar social e desenvolvimento humano. O aumento das relações comerciais no âmbito de um movimento social como a ES fomenta a troca de informações e conhecimento. Em nível local, esse desenvolvimento se reflete no empoderamento das comunidades, bairros, municípios *et caetera*.

A Economia Solidária no Brasil surgiu como alternativa ao desemprego estrutural e a superação da pobreza extrema e tornou-se agenda de políticas públicas em 2003, contando atualmente com mais de 19.000 empreendimentos no país (HOLZMANN, 2000; BRASIL, 2014; SINGER, 2008). O atual desafio e perspectivas da ES volta-se para o fortalecimento dos negócios solidários de forma que os mesmos possam inserir-se no mercado de forma mais competitiva, mantendo o enfoque em seus princípios e valores. A estratégia de formação de redes de cooperação na economia solidária vem surtindo resultados positivos, Laville e Gaiger (2009) afirmam que as redes dinamizam as interações participativas na ES ao promover sistemas de reciprocidade. Para Mance (2006) as informações de rede atravessam os territórios, ampliando a comunicação e o desenvolvimento local, através do reordenamento dos fluxos econômicos e sociais. Para o autor, trata-se não apenas de reinserir as pessoas nos fluxos produtivos do sistema econômico, mas de construir um novo sistema assentado na democracia como valor, praticado na autogestão dos negócios, que repercutem no desenvolvimento humano, principalmente em nível local.

Segundo Arruda (2008), o desenvolvimento tecnológico e econômico devem ser considerados meios para o desenvolvimento social e humano, e não fins em si. O objetivo da economia solidária consiste em orientar novas visões de desenvolvimento social e humano considerando os vários horizontes inerentes ao ser humano. No âmbito da economia solidária o desenvolvimento humano caracteriza-se nas ações conjuntas dos atores, na recuperação da cidadania e na participação social, nesse sentido, o papel da educação e formação dos atores é essencial para o fortalecimento do movimento da economia solidária, pois permite lidar com as ferramentas de sustentação dos negócios.

Para Fukuda-Parr (2003), desenvolvimento humano tem a ver com bem-estar e ampliação das suas capacidades humanas, seu escopo, considerando o IDH, abrange capacidades que, primeiro, possam ser avaliadas de forma universal, e que contribuem para o progresso do bem-estar humano, e, segundo, que essas capacidades sejam básicas para a vida, de forma que a sua ausência diminua as opções de desenvolvimento. Essas capacidades abrangem: sobrevivência, obtenção de conhecimentos, acesso aos recursos necessários ao bem-estar e participação na vida da comunidade. O índice IDH dos municípios brasileiros atuam em três dimensões, a dimensão educação, a dimensão longevidade e a dimensão renda. A presente pesquisa opera com a dimensão educação, visto que o movimento da ES está intimamente ligado à ampliação dessas capacidades e o processo educativo através do trabalho, o que pode ser identificado na autogestão dos empreendimentos, empoderando os atores nos mecanismos de geração da própria renda e sobrevivência. Outra capacidade fomentada na ES é a geração de informação e conhecimento a partir da gestão dos negócios, relações com outros empreendimentos e atores, treinamentos, eventos e capacitações na área. E, por fim, a participação no cotidiano da comunidade, através da participação em movimentos sociais, engajados com causas alinhadas à visão da ES.

Segundo Singer (2008), o trabalho atua como dimensão do processo educativo, além do preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Dessa forma, o exercício da cidadania depende da formação cidadã, que conforme Arruda (2000), é uma deficiência identificada na sociedade brasileira e precisa ser superada para diminuir as desigualdades sociais. Nesse sentido, para a concretização da cidadania é fundamental o conhecimento dos direitos, a formação de valores e atitudes para o respeito aos direitos e a vivência dos mesmos. Uma questão importante na formação da cidadania relaciona-se com dois elementos essenciais para o significado de civilidade: a democracia e os direitos humanos (ARRUDA, 2000).

Gadotti (2005) nos informa que, de fato, as escolas não são as únicas responsáveis pela mudança social, o mundo do trabalho, o trabalho comunitário, associativo e cooperativo, são formas importantes de formação da cidadania. Portanto, a educação comunitária atua como uma expressão da educação popular, preocupando-se específica, mas não exclusivamente, com os setores excluídos da sociedade, sobretudo excluídos do sistema econômico, não produtores e não consumidores, na busca de melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido, a teoria sugere que a educação está positivamente relacionada à cidadania no contexto do movimento da ES, dessa forma, considerando o suporte teórico, a pesquisa propõe a seguinte hipótese:

*(i) O IDH-Educação está positivamente relacionada ao princípio da Cidadania nos EESs.*

Singer (2008) fundamenta a economia em dinâmicas grupais participativas, dialógicas e uma educação que desenvolva os saberes populares e emancipatórios. A participação da comunidade na gestão dos empreendimentos abre caminho para a propagação de informação e para a afirmação da importância da pluralidade social. A educação voltada para a gestão de organizações sociais e solidárias possibilita a condução para novos espaços de organização social e econômica, mais justos, mais humanos e mais sustentáveis. Para o autor, a autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica, que é necessária, mas o desenvolvimento humano que proporciona aos atores. Dessa forma, tomar parte na gestão e nas discussões e decisões coletivas educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura (SINGER, 2008).

A autogestão na qual se baseiam as cooperativas, associações e microempresas, é uma proposta nova de perspectiva quanto à organização do trabalho, rompe a separação entre o trabalhador e o produto de seu trabalho. O processo de gestão dos empreendimentos associativos e cooperativos resulta na formação da práxis de um cooperativismo autônomo, autogestionário e solidário, que inova no espaço da empresa/organização como comunidade humana. Para Arruda (2000), o associativismo e o cooperativismo autogestionários tornam-se projetos estratégicos, onde ocorrem a participação ativa e coletiva, a cooperação, o pertencimento e empoderamento comunitário, a autogestão dos meios de produção, a geração de trabalho, a preservação ambiental, a socialização da propriedade e da renda.

Vieta (2014) prefigura a autogestão como o “novo cooperativismo” através da autodeterminação dos trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho em ambientes de exploração. Para o autor, a autogestão carrega em si uma força educativa libertadora que molda o futuro no presente, construindo possibilidades de mudanças estruturais, nesse sentido os princípios da ES remetem diretamente às noções de capital social. Nesse sentido, a teoria sugere que a educação está positivamente relacionada à

autogestão no contexto do movimento da ES, dessa forma, considerando o suporte teórico, a pesquisa propõe a seguinte hipótese:

*(ii) O IDH-Educação está positivamente relacionada ao princípio da Autogestão nos EESs.*

No que se refere ao IDH, conquanto hajam ocorrido melhorias significativas, o nordeste ainda mantém os menores índices de desenvolvimento humano, e, de fato, segundo o mapeamento realizado pelo Ministério do Trabalho, a região nordeste do Brasil concentra a maioria dos empreendimentos da economia solidária, o que evidencia a busca por alternativas ao desemprego e renda escassa. Efetivamente, diferenças regionais ao longo dos anos explicam a maior concentração de empreendimentos de economia solidária no nordeste. A desigualdade social estrutural que afeta particularmente essa região do país, é motivador para o surgimento de mecanismos sociais de participação que busquem o desenvolvimento regional, territorial e endógeno (FURTADO, 2000; FRANÇA FILHO, 2007). Mance (2002) acentua o papel das redes de economia solidária como um formato organizacional para os EESs, uma vez que as redes de colaboração funcionam como um mecanismo de fortalecimento das práticas alternativas de economia, como reação ao desemprego e à exclusão de indivíduos do progresso econômico e social. A formação de redes é uma decisão estratégica na economia solidária e vem do reconhecimento de que, isoladamente, os EESs compõem-se em iniciativas de pequeno porte e pouco estruturadas, com pouca força de sustentação econômica. Nesse sentido, o papel do Estado na promoção dessas demandas é substancial, de posse de uma visão global, é capaz de direcionar os esforços no desenvolvimento das políticas públicas, evitando ações pulverizadas e buscando o impacto necessário para o fortalecimento da ES enquanto movimento organizado (MANCE, 2002, 2006; BRASIL, 2007). França Filho (2007) acrescenta que, devido à vocação cooperativista da economia solidária, os atores envolvidos tendem a buscar soluções para problemas concretos relacionados ao seu bem estar, o que fomenta a criação de atividades articuladas em redes. Esta dinâmica permitiria o exercício da democracia e desenvolvimento local, estimulando a participação para uma avaliação e um planejamento coletivos da oferta de produtos e serviços a partir de demandas identificadas localmente.

Segundo dados da SENAES (2013), o estado do Ceará conta com 1.390 empreendimentos econômicos solidários em funcionamento, distribuídos em área urbana e rural, com predominância rural em 80% dos EESs. Os EESs são organizados em associações, cooperativas, grupos informais e sociedades mercantis. A maior parte dos empreendimentos atua na área de serviços, 40% do total, de fato, o estado do Ceará tem vocação para a área de serviços em virtude da sua própria condição natural e geográfica, sendo esta área, segundo o IPECE (2015), o sustentáculo da economia cearense. Em seguida vêm as atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, e outra parcela na área da indústria da transformação. Desses, apenas 232 EESs participam de algum tipo de rede de cooperação, com predomínio da associação em redes de comercialização.

### **3 Procedimentos metodológicos da pesquisa**

A pesquisa conduzida pode ser caracterizada como descritiva de natureza quantitativa nas etapas de coleta e análise de dados (COOPER; SCHINDLER, 2003;

COLLIS; HUSSEY, 2005). O objetivo é conferir exatidão aos resultados, redução de possíveis distorções ocorridas a partir da análise e interpretação dos dados e consequente ampliação da margem de segurança quanto às inferências. Nesse sentido, o escopo da organização dos dados é explicitar a influência do IDHM Educação na Economia Solidária através de análise de correlação Pearson entre os índices de educação, cidadania e autogestão no âmbito da ES.

A coleta de dados foi realizada através da base de dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) do ano de 2014, utilizando-se os índices de desenvolvimento humano dos municípios cearenses, em especial do IDHM Educação, em conjunto com a base de dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) conforme mapeamento nacional, tipo *survey*, realizado entre os anos de 2010 a 2013 pela SENAES (MTE) no Brasil. Os dados do PNUD estão disponíveis ao público em sítio eletrônico e os dados da SENAES foram disponibilizados mediante solicitação formal via formulário disponibilizado e assinatura de termo de uso dos dados. A partir daí, os dados secundários obtidos foram agrupados em correspondência para todos os municípios cearenses.

O estado do Ceará é um dos nove estados da região nordeste do Brasil, apresentando uma área total de 148.825,6 km<sup>2</sup> e população de mais de 8 milhões de habitantes. O estado compõem-se político-administrativamente por 184 municípios e 20 microrregiões administrativas, destacando-se as regiões metropolitanas de Fortaleza e do Cariri, constituídas de 15 e 9 municípios respectivamente (IPECE, 2015). Segundo relatório de 2010 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Ceará apresenta um IDH de 0,682, caracterizado como desenvolvimento humano médio. Para a construção do IDH, o PNUD observa várias medidas de resultados sociais de cada país, estabelecendo dimensões alimentadas por dados como: índice do PIB, longevidade, índice de alfabetização e bruto educacional. De 1991 a 2010, o IDH do Ceará passou de 0,405, em 1991, para 0,682, em 2010, enquanto o IDH do Brasil passou de 0,493 para 0,727, respectivamente. Isso implica em uma taxa de crescimento de 68,40% para a UF e 47% para o país; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 53,45% para a UF e 53,85% para o Brasil. No Ceará, a melhoria do índice deve-se ao crescimento, em termos absolutos, da dimensão educação (com crescimento de 0,411), seguida por longevidade e por renda. No Brasil, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi educação (com crescimento de 0,358), seguida por longevidade e por renda. Dessa forma, segundo o IDH, o Ceará ocupa a 17<sup>a</sup> posição entre as 27 unidades federativas brasileiras, onde o maior IDH é 0,824 (Distrito Federal) e o menor é 0,631 (Alagoas), estando o Ceará em 2<sup>a</sup> posição no nordeste (PNUD, 2015). Entre as dimensões do IDHM, a dimensão Educação foi a que mais progrediu em escala temporal no nordeste, sendo o Ceará o estado que alcançou o maior crescimento nesse índice.

Nesse sentido, da amostra total de 1.449 EESs foram selecionados os empreendimentos em funcionamento, dos quais 1.390 da amostra total. A partir daí, o procedimento de construção e validação da amostra foi realizado consoante as seguintes etapas: primeiramente foram selecionadas as amostras que apresentavam todos os dados preenchidos, relacionados às variáveis que foram identificadas como relevantes para o estudo, no caso, variáveis relacionadas à educação, cidadania e autogestão. Em um segundo momento foi realizada uma análise exploratória utilizando o SPSS para identificar possíveis *outliers*, em conjunto com a técnica *outlier labeling rule*, de onde resultaram 550 amostras de dados de EESs adequadas à aplicação da correlação. Em seguida, serão elaborados os índices de Educação, Cidadania e Autogestão adequados à realidade da



economia solidária a partir de 25 variáveis que tratam da ampliação das capacidades das pessoas envolvidas no movimento, relacionadas à capacidade de sobreviver, de ter conhecimentos, de ter acesso aos recursos necessários ao seu bem-estar e de participar na vida da comunidade. Da amostra de 550 EESs, foram considerados válidos 291 EESs que apresentavam as informações completas em relação às variáveis eleitas. Dessa forma, a análise de correlação entre os índices criados e padronizados foi baseada nessa amostra.

O cálculo dos índices é necessário para o prosseguimento do estudo visto que a partir deles será possível aprofundar a análise quantitativa, testando as hipóteses propostas na pesquisa. As questões que compõem as variáveis educação, cidadania e autogestão, são de natureza categórica (sim ou não), sendo assim, na análise dos dados foi realizada a transformação lógica das variáveis para o cálculo do índice, em seguida foram padronizados entre 0 e 1 e calculados através da inserção dos dados no *SPSS* (guia *Transform – Compute variable*). O índice de educação advém do índice de IDH-Educação xxx. O índice de cidadania foi criado a partir de questões como “A conscientização e compromisso político (com emancipação dos trabalhadores ou outras lutas mais gerais) como conquista obtida” e “O empreendimento tem alguma relação ou participa de movimentos sociais, populares ou sindicais?”. O índice de autogestão foi criado a partir de questões como “O EES possui Conselho Consultivo ou similar como instância de direção e coordenação do empreendimento” e “Participação nas decisões cotidianas do empreendimento como forma de participação”

Segundo Cooper e Schindler (2003), a hipótese é uma proposição afirmativa, de natureza tentativa e conjectural, formulada, em geral, para testes empíricos, mas também como declarações para variáveis de casos. Segundo esses autores, o sentido da hipótese é atribuir ao caso uma variável ou característica de análise. A formulação teórica das hipóteses da pesquisa visa atingir os objetivos propostos e centra-se nas variáveis que auxiliam na explicação de que os níveis de Educação influenciam no desenvolvimento dos EESs nas perspectivas da Cidadania e da Autogestão (MORIN, 2007, MANCINI, 2006). A partir deste filtro inicial e criação dos índices no âmbito da ES, as hipóteses serão verificadas por meio da estatística de correlação de Pearson utilizando o sistema de tratamento estatístico de dados *SPSS (Statistical Package for Social Sciences)* (versão 21.0). Portanto, essas são as etapas metodológicas estatísticas que serão seguidas para verificar em que medida a educação influencia no desenvolvimento da ES.

#### **4 Análise dos dados e resultados**

Segundo dados da SENAES (2013), o estado do Ceará conta com 1.449 empreendimentos econômicos solidários, dos quais 1.390 estão em funcionamento. Os EESs estão distribuídos na área urbana e rural, com predominância rural em 80% dos empreendimentos. Os EESs são organizados em associações, cooperativas, grupos informais e sociedades mercantis. Segundo dados do PNUD (2013), em quase 65% dos municípios brasileiros, o crescimento do IDHM Educação mostrou-se superior à média nacional, em especial os municípios da Nordeste com um crescimento de 58,7%, sendo o Ceará um dos estados que mais se destaca nessa evolução. Apesar de ainda ser baixo o desempenho no IDHM Educação na região Nordeste como um todo, o estado do Ceará apresenta os melhores resultados municipais e destoa positivamente na região. Esses resultados se refletem na conjuntura geral do IDHM do estado, e consequentemente no movimento da ES.

Tabela 01: IDHM Educação e volume de EESs nos municípios do estado do Ceará

IDHM Educação	Quantidade de municípios	Quantidade de EESs
Muito Baixo (0 a 0,499)	23	159
Baixo (0,5 a 0,599)	131	949
Médio (0,6 a 0,699)	30	282
Alto (0,7 a 0,795)	-	-
Muito Alto (0,8 a 0,899)	-	-

Fonte: Dados da pesquisa

Conquanto não constem índices nas faixas alto e muito alto de IDHM Educação entre os municípios cearenses, percebe-se que os municípios onde o IDH-Educação é baixo e médio concentram-se a maior quantidade de empreendimentos de economia solidária, em especial a faixa considerada baixa, que, segundo o PNUD (2013), foi a que mais apresentou crescimento do IDHM Educação nos últimos anos. Verifica-se ainda uma proporcionalidade entre a quantidade de municípios distribuídos entre as faixas IDHM Educação e o volume de EESs. De fato, é necessário compreender que a educação tem um papel substancial na atividade empreendedora, o que justifica sua influência, até mesmo em iniciativas coordenadas na base da pirâmide social.

Tabela 02: Análise de correlação entre educação, cidadania e autogestão no âmbito da ES

Construtos	Coefficiente de correlação
Educação x Cidadania	0,471**
Educação x Autogestão	0,379**
Cidadania x Autogestão	0,378**

\*\* Correlação significativa a um nível de 1%

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se através da análise de correlações que a Educação está positivamente relacionada à Cidadania nos EESs uma correlação positiva (0,471) e significativa ( $p < 0,001$ ) entre a dimensão educação e cidadania. Também é possível afirmar que a Educação está positivamente relacionada à Autogestão nos EESs, é possível afirmar que existe uma correlação positiva (0,379) e significativa ( $p < 0,001$ ). As dimensões cidadania e autogestão, também apresentam correlação positiva entre cidadania e autogestão (0,378), também significativa ( $p < 0,001$ ). Observa-se que as correlações entre as variáveis não são fortes ou fortíssimas, quando se trata de efeitos negativos da multicolinearidade quando do teste das hipóteses. Referente às relações entre Educação, Cidadania e Autogestão, as hipóteses (i) e (ii) sugerem uma relação positiva entre os construtos, quando da explicação da variável dependente Educação pelas variáveis independentes, Cidadania e Autogestão. Na ES essas questões materializam-se em ações de capacitação, na participação na gestão do EES, na participação em ações sociais ou

comunitárias, no comprometimento social e nas conquistas dos EESs (MANCE, 2006; SCHERER-WARREN,2006; MORIN, 2007).

Tabela 03: Coeficientes da Regressão Linear Múltipla

Variável independente (Stepwise)	Coefficiente B	Erro padronizado	Beta padronizado	Estatística t	Sig.	VIF
R <sup>2</sup> = 0,269, R <sup>2</sup> Ajustado = 0,264, F (ANOVA) = 52,990, $\mathcal{E}$ =0,173602 (Sig = 0,000)						
Constante	- 0,004	0,029	-	- 0,138	0,890	-
Cidadania	0,356**	0,051	0,383	7,034	0,000	1,167
Autogestão	0,187**	0,044	0,234	4,928	0,000	1,167
<b>Notas:</b>						
i) Variável dependente: IDH-EDucação						
ii) Estatística de Durbin-Watson = 1,882						

\*\* Coeficiente significativo a um nível de 1%

Fonte: Dados da pesquisa

Concernente à Hipótese (i) que afirma que o princípio da Cidadania está positivamente relacionado à Educação, a partir dos resultados, observa-se que a variável apresenta relação positiva e significativa ( $p > 0,001$ ) na explicação do modelo. O resultado aponta o valor de Beta padronizado em 0,383 e a estatística  $t$  em 7,034. A variável Cidadania apresenta maior poder de explicação no modelo de regressão em relação à variável Autogestão. O posicionamento da variável Cidadania era esperado, visto que a literatura aponta a economia solidária como um movimento situado no âmbito dos movimentos sociais cuja maioria das demandas está relacionada às classes sociais mais baixas, sendo a educação um ponto de alavancagem no processo de desenvolvimento e empoderamento dos atores da ES e construção da cidadania. Portanto, não se rejeita a Hipótese (i), confirmando-se que o princípio da Cidadania está positivamente relacionado à Educação. Pode-se então afirmar que, empreendimentos com maiores índices de cidadania apresentam maiores índices de Educação.

Concernente à Hipótese (ii) que afirma que o princípio da Autogestão está positivamente relacionado à Educação, conforme os resultados, a variável apresenta relação positiva e significativa ( $p > 0,001$ ) na explicação do modelo. O resultado aponta o valor de Beta padronizado em 0,234 e a estatística  $t$  em 4,928, valores menores se comparados aos da variável cidadania. A variável Autogestão segue a Cidadania em termos de poder de explicação, com o menor poder de explicação da variável dependente, contudo, significativa no modelo. O comportamento da variável Autogestão corrobora a teoria referenciada, a autogestão como prática no âmbito dos empreendimentos resulta em uma aprendizagem em relação aos mecanismos de gestão e participação social. Portanto, não se rejeita a Hipótese (ii), confirmando-se que o princípio da Autogestão está positivamente relacionado à Educação. Pode-se então afirmar que os empreendimentos com maiores índices de autogestão apresentam maiores índices de educação.

Segue-se um breve análise do modelo de regressão. O coeficiente de determinação ( $R^2$ ) também sofre uma evolução ao longo das etapas, pois, à medida que são incluídas as variáveis independentes, o valor sofre um acréscimo. Ao final, nesse primeiro modelo, o  $R^2$  exhibe o valor de 0,269, o que significa que as variáveis independentes

explicam, em média, 26,9% da variação da variável dependente, podendo-se considerar um valor baixo, entretanto, a análise da variância indica que o modelo é significativo a um nível de 1%. A existência de multicolinearidade é outro fator importante de análise. Segundo Field (2009), a multicolinearidade ocorre quando se observa uma forte (ou fortíssima) correlação entre duas ou mais variáveis preditoras em um modelo de regressão (uma correlação pode ser nula, fraca, forte ou fortíssima). A ocorrência de multicolinearidade aumenta a probabilidade de um bom preditor da variável dependente ser declarado não-significativo e ser excluído do modelo, além disso, a multicolinearidade representa uma ameaça à validade do modelo de regressão múltipla por limitar o tamanho do R, dificulta a avaliação de importância dos preditores e geram coeficientes de regressão instáveis no modelo. A estatística de colinearidade VIF (*Variance Inflation Factor*) indica problemas de multicolinearidade se apresentar valores maiores que 10, o que não ocorre conforme se verifica, os valores mantêm-se encontram-se em 1,167. Além disso, verificou-se que não há correlações fortes, ou fortíssimas, entre os construtos.

A verificação de quão o modelo generaliza pode ser verificada através da comparação entre os valores de  $R^2$  e  $R^2$  Ajustado. Segundo Field (2009), o ideal é que o valor do  $R^2$  Ajustado seja muito próximo, ou igual a  $R^2$ , os resultados indicam que o  $R^2$  é está muito próximo do  $R^2$  Ajustado ( $R^2 = 0,269$ ,  $R^2$  Ajustado = 0,264), isso significa que o modelo derivado da população analisada é significativo a 1%, que as mudanças ocorridas através das inserções dos preditores são significativas para o modelo e que a validação cruzada do modelo é muito boa. Os valores de F, uma estatística de mudança, também variam a cada etapa de inserção de preditores, no entanto, enquanto os valores de R aumentam, o F diminui, o que é coerente com a análise realizada, visto que à medida que se acrescentam preditores no modelo, a variância explicada diminui. Os resultados apontam para um F significativo a 1% em todas as três etapas de inserção de preditores, o que significa que o modelo adere de forma significativa aos dados.

A verificação da estatística de Durbin-Watson é importante para verificar a correlação serial dos dados, segundo Field (2009), esse teste verifica também a independência dos erros, e depende do número de previsores do modelo e tamanho da amostra. Essa estatística pode variar entre 0 e 4, sendo que valores menores que 1 e maiores que 3 são motivos de preocupação e valores próximos de 2 também podem ser problemáticos dependendo da amostra e modelo. O valor identificado na saída da regressão realizada para as hipóteses é 1,882, contudo, pode-se considerar que está inserido em uma área inconclusiva, visto que não pode inferir com certeza se há independência nos erros ou não. Esse resultado pode ser explicado pela quantidade de preditores e tamanho da amostra, essa pesquisa conta com 2 preditores e uma base de dados de 1.390 observações, essa quantidade de observações não consta nas tabelas originais dos estudos de Durbin e Watson, que segue até 200 observações. A verificação da estatística de resíduos, segundo Field (2009), visa identificar a premissa de homocedasticidade, que é o mesmo que dizer que a variância dos erros é constante. Essa premissa pode ser observada nos gráficos de resíduos. Os gráficos de resíduos do estudo indicaram que os mesmos apresentam uma distribuição aproximadamente normal, o gráfico de dispersão, por sua vez, apresentou certa heterocedasticidade, contudo, quando o tamanho da amostra é grande em comparação com o número de parâmetros do modelo de regressão, o efeito de dependência entre os resíduos é relativamente sem importância e pode ser ignorado.

A confirmação das Hipóteses (i) e (ii) no tocante às relações entre Educação, Cidadania e Autogestão no âmbito dos EESs materializa-se no empoderamento dos indivíduos em autogerir os empreendimentos e participar da vida comunitária de forma a resolver os problemas cotidianos. Seguem-se as considerações finais visando fornecer um

fechamento sobre a pesquisa sobre o desenvolvimento humano e a economia solidária, a apresentação das limitações identificadas no estudo e sugestões de pesquisas futuras.

## **5 Considerações finais**

Desenvolvimento Humano, Educação e Economia Solidária são temas que vêm se aproximando ao longo dos anos, seja no campo teórico, seja no campo empírico, tanto que em 2013 várias agências de fomento das Nações Unidas concordaram sobre a necessidade de aumentar a conscientização e a visibilidade da economia social e solidária dentro do sistema ONU (UNIRSD, 2014). A dinâmica da economia social e solidária conjuga objetivos econômicos, sociais e ambientais, e envolvem diversas formas de cooperação e solidariedade, essa abordagem integrada da ES é compartilhada pelas Nações Unidas (UNIRSD, 2014). O estudo utilizando dados do PNUD e da SENAES visa, em um primeiro momento, um diálogo entre os construtos. A pesquisa permitiu observar o comportamento da dimensão educação no desenvolvimento humano e na economia solidária (cidadania e autogestão).

Primeiramente foi analisado o volume de EESs em cada faixa do IDHM Educação, confirmando a literatura referenciada de que os empreendimentos da ES atuam no âmbito das classes sociais que buscam alternativa ao desemprego e à exclusão social (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; SINGER, 2003, 2008). Em seguida foram identificadas as correlações que a educação estabelece com os mecanismos de cidadania e autogestão no âmbito da ES, confirmando as duas hipóteses que estabeleciam relações positivas entre os construtos no processo de empoderamento dos atores da ES (MANCE, 2006; SCHERER-WARREN, 2006). De fato, a pesquisa mostra que a educação não se forma apenas no âmbito da escola, a mudança social também ocorre no mundo do trabalho, onde o trabalho comunitário, associativo, autogestionário e cooperativo, são formas importantes de formação da cidadania (GADOTTI, 2005).

As limitações identificadas ao longo do estudo residem na dificuldade de relacionar as duas bases de dados em conjunto no tratamento estatístico, mesmo apresentando construtos teóricos em comum, a forma diversa como foram construídas não permitiram, em um primeiro momento, realizar testes estatísticos mais aprofundados em conjunto. Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se o aprimoramento dos índices e elaboração de novos índices, utilizando variáveis de controle que possam influenciar a predição do modelo.

Nesse sentido, a aproximação entre desenvolvimento humano e o movimento da economia solidária é clara e promissora e reflete uma agenda da própria ONU em fomentar a ES através: do aumento do reconhecimento dos empreendimentos e organizações de economia social e solidária; promoção do conhecimento sobre economia social e solidária e consolidação das redes; apoio à criação de um ambiente favorável, institucional e político para a Economia Social e Solidária; coordenação dos esforços internacionais e fortalecimento e estabelecimento de parcerias que promovam tanto objetivos econômicos e sociais, promovendo a solidariedade (UNIRSD, 2014).

O estudo é relevante para o âmbito acadêmico e social. Ao reconhecer o potencial de desenvolvimento da economia social e solidária e seus impactos no desenvolvimento humano, principalmente em nível local, a sociedade e governos respondem com iniciativas para criar um ambiente propício aos EESs e caminhos complementares para o desenvolvimento que promovam simultaneamente não só o dinamismo econômico, mas a proteção social e ambiental e empoderamento sócio-político.

De fato, é no contexto de menor desenvolvimento que surgem as iniciativas da economia solidária

## 6 Referências:

- ARRUDA, M. Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. In: ARRUDA, M.; BOFF, L. (Orgs.) **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- ARRUDA, M. **Exchanging visions on a responsible, plural and solidarity-based economy**. Rio de Janeiro, ALOE – Workgroup visions of a responsible, plural y solidarity-based economy, 2008. 140p.
- AZAMBUJA, L. R. Os Valores da Economia Solidária. In: **Sociologias**, n. 21, jan./jun, p. 282-317. Porto Alegre, 2009.
- BORZAGA, C.; TORTIA, E. *Social economy organizations in the theory of the firm*. In: **The Social Economy: building inclusive communitie**. Noya, A. and Clarence, E. (eds) pp. 23-60. Paris: OECD Publishing, 2007.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Banco de dados do Sistema de Informações em Economia Solidária – SIES**. Brasília, 2014. 1 CD-Rom: base de dados em planilhas eletrônicas.
- COLLINS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. Trad. Lucia Simonini. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- DAVIES, A.; QUINLIVAN, G. A panel data analysis of the impact of trade on human development. In: **Journal of Socioeconomics**, v. 35, p. 868-876, 2006.
- FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. Porto Alegre: **Civitas**, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan./jun., 2007.
- FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da Economia Solidária: um novo modo de gestão pública? In: **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 3, p.443–461, artigo 7, Rio de Janeiro, set./nov. 2013.
- FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J-L. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- FUKUDA-PARR, S. *The Human Development Paradigm: Operationalizing Sen’s Ideas on Capabilities*. In: **Feminist Economics**, v. 9, n. 2-3, 2003.
- FUKUDA-PARR, S. *Rescuing the Human Development Concept from the HDI: Reflections on a New Agenda*. In: *Readings in Human Development*, pp. 117-124, edited

by Sakiko Fukuda-Parr and A. K. Shiva Kumar. Oxford, UK: Oxford University Press, 2003.

FURTADO, C.. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GADOTTI, M. **A questão da Educação formal/não-formal**. institut international des droits de l'enfant (ide) Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution? Sion (Suisse), 18 au 22 octobre 2005.

GAIGER, L. I. A outra racionalidade da economia solidária: conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 79, p. 57-77, dez, 2007.

HAIR Jr; BLACK, W. C; BABIN, B. J; ANDERSON, R. E e TATHAM, R. *L. Multivariate Data Analysis*. 6ª edição. UpperSaddle River, NJ: Pearson Prentice Hall, 1997.

HAUGH, H., PEREDO, A. M. 2010. *The origins, launch and diffusion of the community interest company*, *In: Academy of Management Conference*. Montréal.

HOLZMANN, L. Limites e obstáculos à participação democrática. *In: A Economia Solidária no Brasil – A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo. Contexto. 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **IPECE Conjuntura**: Boletim da Conjuntura Econômica Cearense, out. – dez. 2014. Disponível em: <[http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara\\_em\\_numeros/2013/territorial/index.htm](http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara_em_numeros/2013/territorial/index.htm)>. Acesso em: 10 mai. 2015.

LAVILLE, J.- L. Economia plural. *In* CATTANI, A. D. et. al.(Orgs) **Dicionário Internacional da outra economia**. Coimbra-São Paulo: Editora Almedina, 2009, p. 145-149.

LAVILLE, J.- L. *The Solidarity Economy: An International Movement*. *In: RCCS Annual Review*, n. 2, October. Coimbra, 2010.

LAVILLE, J.- L. Mudança social e teoria da Economia Solidária. Uma perspectiva maussiana. *In: Sociologias*, n. 36, mai./ago., p. 60-73. Porto Alegre, 2014.

MANCE, E. A. Redes de Economia Solidária: a expansão de uma Alternativa Global. *In: II Fórum Social Mundial. Anais...* Porto Alegre. Fev 2002.

MANCE, E. A. **Redes de colaboração solidária**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PIKETTY, T. *Capital in the Twenty-First Century*. Trad. Arthur Goldhammer. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

PIKETTY, T. **A Economia da desigualdade**. Trad. André Telles. 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resilência**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

SATGAR, V. *Cooperative Development and Labour Solidarity: a Neo-Gramscian Perspective on the Global Struggle Against Neoliberalization*. In: **LABOUR, Capital and Society**, 40: 1&2. Canada, 2007.

SATGAR, V. *The solidarity economy alternative: emerging theory and practice*. University of KwaZulu-Natal Press. Pietermaritzburg, South Africa, 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, P. I. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SINGER, P. I. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

UNITED NATIONS RESEARCH INSTITUTE FOR SOCIAL DEVELOPMENT (UNRISD). *Project: Potential and Limits of Social and Solidarity Economy. UN Inter-Agency Task Force on Social and Solidarity Economy (2014)*. Disponível em: <<http://www.unrisd.org/tfsse>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

VIETA, M. The stream of self-determination and *autogestión*: Prefiguring alternative economic realities. *Ephemera: Theory and Politics in Organization*, 14(4), 779-806, 2014.